

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.765.624 - MT (2018/0233202-6)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
AGRAVANTE : BANCO PAN S.A.
PROCURADOR : ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO - MT020732A
AGRAVADO : LOYHANE MAMEDIO DE FREITAS SANTOS
ADVOGADO : TIAGO DA SILVA MACHADO - MT017908

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. BUSCA E APREENSÃO. TEMPESTIVIDADE DO RECURSO RECONHECIDA. VIOLAÇÃO AO ART. 3º, §§1º E 2º, DO DECRETO-LEI Nº 911/1969 E DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO E SIMILITUDE FÁTICA. MORA. COMPROVAÇÃO. SÚMULAS 7 DO STJ E 284 DO STF.

1. Em recente julgamento do REsp nº 1.813.684-SP, publicado no DJe em 18.11.2019, a Corte Especial do STJ decidiu que, sob a vigência do CPC/2015, é necessária a comprovação da existência de feriado local no momento da interposição do recurso; porém, com modulação dos efeitos dessa orientação, de forma que os recursos interpostos antes da publicação desse julgado, como no presente caso, seria permitida a abertura de prazo para a demonstração da ocorrência da suspensão de prazo em virtude de feriado local.
2. A matéria dos §§1º e 2º do art. 3º do Decreto-Lei nº 911/1969 e do dissídio jurisprudencial sobre essas normas não foi objeto de discussão pela Corte local, carecendo o tema do indispensável prequestionamento.
3. Há ausência de similitude fática entre o acórdão recorrido e o paradigma capaz de evidenciar o dissídio jurisprudencial.
4. O exame da pretensão recursal de reforma do v. acórdão recorrido quanto à inexistência de comprovação da mora exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.
5. Quanto à alegação de presença de mora contratual após regular envio da notificação, a ausência de indicação de dispositivo de lei federal tido por violado caracteriza a deficiência de fundamentação a inviabilizar a abertura da instância especial. Aplicação da Súmula 284/STF.
6. Decisão agravada reconsiderada. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interno interposto por BANCO PAN S.A. contra decisão da Presidência do STJ (fls. 246-247), que não conheceu do recurso especial por intempestividade.

Nas razões recursais, aduz que: não há falar em intempestividade recursal, porquanto o prazo processual esteve suspenso nos dias 30.04.2018 e 01.05.2018, conforme Portaria expedida pela Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Mato Grosso, juntada à fl. 256.

Impugnação ao agravo interno não apresentada pela parte agravada, conforme certificado à fl. 259.

Decido.

2. Preliminarmente, ressalta-se que, em recente julgamento do REsp nº 1.813.684-SP, julgado em 02.10.2019 e publicado no DJe em 18.11.2019, a Corte Especial do STJ decidiu que, sob a vigência do CPC/2015, é necessária a comprovação da existência de feriado local no momento da interposição do recurso; porém, com modulação dos efeitos dessa orientação, de forma que os recursos interpostos antes da publicação desse julgado, como no presente caso, seria permitida a abertura de prazo para a demonstração da ocorrência da suspensão de prazo em virtude de feriado local.

Segue ementa do julgado:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. FERIADO LOCAL. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO NO ATO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO. NECESSIDADE. SEGURANÇA JURÍDICA. PROTEÇÃO DA CONFIANÇA.

1. O novo Código de Processo Civil inovou ao estabelecer, de forma expressa, no § 6º do art. 1.003 que "o recorrente provará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso". A interpretação sistemática do CPC/2015, notadamente do § 3º do art.

1.029 e do § 2º do art. 1.036, conduz à conclusão de que o novo diploma atribuiu à intempestividade o epíteto de vício grave, não havendo se falar, portanto, em possibilidade de saná-lo por meio da incidência do disposto no parágrafo único do art. 932 do mesmo Código.

2. Assim, sob a vigência do CPC/2015, é necessária a comprovação nos autos de feriado local por meio de documento idôneo no ato de interposição do recurso.

3. Não se pode ignorar, todavia, o elástico período em que vigorou, no âmbito do Supremo Tribunal Federal e desta Corte Superior, o entendimento de que seria possível a comprovação posterior do feriado local, de modo que não parece razoável alterar-se a jurisprudência já consolidada deste Superior Tribunal, sem se atentar para a necessidade de garantir a segurança das relações jurídicas e as expectativas legítimas dos jurisdicionados.

4. É bem de ver que há a possibilidade de modulação dos efeitos das decisões em casos excepcionais, como instrumento vocacionado, eminentemente, a garantir a segurança indispensável das relações jurídicas, sejam materiais, sejam processuais.

5. Destarte, é necessário e razoável, ante o amplo debate sobre o tema instalado nesta Corte Especial e considerando os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança, da isonomia e da primazia da decisão de mérito, que sejam modulados os efeitos da presente decisão, de modo que seja aplicada, tão somente, aos recursos interpostos após a publicação do acórdão respectivo, a teor do § 3º do art. 927 do CPC/2015.

6. No caso concreto, compulsando os autos, observa-se que, conforme documentação colacionada à fl. 918, os recorrentes, no âmbito do agravo interno, comprovaram a ocorrência de feriado local no dia 27/2/2017, segunda-feira de carnaval, motivo pelo qual, tendo o prazo recursal se iniciado em 15/2/2017 (quarta-feira), o recurso especial interposto em 9/3/2017 (quinta-feira) deve ser considerado tempestivo.

7. Recurso especial conhecido.

(REsp 1813684/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 02/10/2019, DJe 18/11/2019)(g.n.)

Veja, ainda:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NOVO ENTENDIMENTO DA CORTE ESPECIAL. POSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO DO FERIADO LOCAL. RESP 1.813.684/SP.

1. A Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça, recentemente, no julgamento do REsp 1.813.684/SP (ainda pendente de publicação), firmou a orientação de que o feriado local deve ser comprovado no ato da interposição do recurso. Entretanto, para os recursos interpostos anteriormente à publicação desse julgado, será permitida a abertura de prazo para a demonstração da ocorrência da suspensão de prazos em virtude de feriado local.

2. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes, para afastar a intempestividade do recurso especial.

(EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl no AREsp 1288038/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/10/2019, DJe 18/10/2019)

Nesse contexto, verifica-se que a decisão recorrida foi disponibilizada em 19.04.2018 (fl. 218) e considerada publicada em 20.04.2018 (sexta-feira)(fl. 218), reconheço a tempestividade do recurso especial, ante a constatação de que o prazo foi suspenso nos dias 30.04.2018 e 01.05.2018, pelo que o recurso interposto no dia 15.05.2018 (fl. 220) se encontra dentro do prazo recursal previsto nos arts. 219 e 1.003, §5º, do CPC de 2015.

Assim, provada a suspensão do prazo processual (fl. 256), reconsidero a decisão de fls. 246-247, e firmo a tempestividade do recurso especial.

3. Passo à análise do recurso especial.

Cuida-se de recurso especial interposto, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, assim ementado:

AGRAVO INTERNO – DECISÃO MONOCRÁTICA – APELAÇÃO CÍVEL PROVIDA – BUSCA E APREENSÃO – NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL INVÁLIDA – INDICAÇÃO DE PARCELA PAGA – MORA NÃO COMPROVADA – CONDIÇÃO DE PROCEDIBILIDADE – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. “A notificação extrajudicial realizada e entregue no endereço do devedor, por via postal e com aviso de recebimento, é válida quando realizada por Cartório de Títulos e Documentos de outra Comarca, mesmo que não seja aquele do domicílio do devedor.” (REsp 1184570/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/05/2012, DJe 15/05/2012)

2. Ainda que não seja indispensável que a notificação seja recebida pessoalmente pelo devedor, é necessário que seja, ao menos, entregue no endereço constante no contrato e indique a parcela devida.

3. A notificação extrajudicial de parcela já paga não é documento hábil para comprovar a constituição em mora necessária ao ajuizamento de ação de busca e apreensão.

4. Decisão monocrática mantida, com aplicação de multa.

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto no art. 3º, §§1º e 2º, do Decreto-Lei nº 911/1969.

Alega que, depois de decorrido o prazo de 5 (cinco) dias contados da execução da liminar concedida na busca e apreensão, a propriedade do bem fica consolidada com o credor fiduciário caso não ocorra o pagamento da integralidade do débito. Afirma a mora contratual, uma vez que a dívida se apresenta integralmente vencida após o regular envio da notificação e apreensão do veículo. Assevera que deve ser afastada a purgação da mora por meio de pagamento que não englobou a integralidade da dívida contratual.

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial, consoante certidão à fl. 238.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 239-240).

É o relatório. Decido.

4. A matéria dos §§1º e 2º do art. 3º do Decreto-Lei nº 911/1969 e do dissídio jurisprudencial sobre essas normas não foi objeto de discussão pela Corte local, tampouco foram opostos embargos de declaração com o intuito de sanar a omissão. É entendimento assente no Superior Tribunal de Justiça a exigência do prequestionamento da matéria, ainda que a contrariedade tenha surgido no julgamento do próprio acórdão recorrido. Incidem, na espécie, as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

5. Ademais, em relação ao dissídio jurisprudencial, verifica-se a falta de similitude fática entre os acórdãos em confronto, uma vez que no acórdão recorrido houve notificação extrajudicial inválida, não havendo comprovação da mora, o que não se verifica no acórdão paradigma do trecho transcrito pela parte recorrente.

Salienta-se que, enquanto a discussão do acórdão recorrido é relativa à comprovação da mora e da validade da notificação extrajudicial, havendo discussão sobre o art. 2º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, o debate do acórdão paradigma é diverso, sendo relativo ao art. 3º, §§ 1º e 2º, do Decreto-Lei nº 911/1969, referente à consolidação da propriedade do bem móvel ante a questão da purgação da mora e do pagamento da integralidade do débito.

6. Observa-se, por fim, que, em relação à mora contratual, a Corte local concluiu pela não comprovação dela ante a invalidade da notificação extrajudicial apresentada de parcela paga. Segue trecho do acórdão recorrido:

"Na hipótese, a notificação extrajudicial que instruiu a Ação de Busca e Apreensão nº 1691-93.2017.811.0059 refere-se ao vencimento da parcela nº 16 (CD, p. 41), vencida em 30/08/2016, que a própria Agravante reconheceu como quitada.

Basta a leitura da planilha trazida com a petição inicial, na qual constou que a Agravada deixou de realizar o pagamento da obrigação estabelecida na Cédula de Crédito Bancário nº 70341962 a partir do vencimento em 30/10/2016 da parcela nº 18 e subsequentes (CD, p. 47)."(fl. 215)

6.1 Verifica-se que rever a conclusão do acórdão recorrido de que não restou comprovada a mora ante a invalidade da notificação extrajudicial relativa à parcela quitada e acolher a pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, atraindo o óbice da Súmula 7 do STJ. Nesse sentido: AgRg no AREsp 688.011/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 03/08/2015;e, AgRg no AREsp 117.908/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 16/08/2012, DJe 27/08/2012.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONSTITUIÇÃO EM MORA DO DEVEDOR. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 72 DO STJ. NECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO VÁLIDA. AUSÊNCIA. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 7 E 83 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Aplicabilidade do novo Código de Processo Civil, devendo ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. A alteração das conclusões do acórdão recorrido exige reapreciação do acervo fático-probatório da demanda, o que faz incidir o óbice da Súmula nº 7 do STJ.

Superior Tribunal de Justiça

3. É necessária a comprovação da mora do devedor para fins de busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente. Inteligência das Súmulas nºs 72 e 83 do STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 945.141/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/02/2017, DJe 09/03/2017)

6.2 Além disso, em relação à alegação de presença de mora contratual após regular envio da notificação, ressalta-se que a parte recorrente não indicou os dispositivos legais eventualmente violados pelo acórdão recorrido, não observando, portanto, a técnica própria de interposição do recurso especial. A alegação de ofensa genérica à lei, sem a particularização dos dispositivos eventualmente violados pelo aresto recorrido, implica deficiência de fundamentação, conforme pacífico entendimento desta Corte Superior. Aplicação da Súmula 284/STF.

7. Ante o exposto, reconsidero a decisão de fls. 246-247 e, pelas razões ora expendidas, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator